

## Estado do Pará

# Projeto Preservar e Instituto Alerta

**A**S GRANDES mudanças no ambiente internacional, juntamente com a globalização e a revolução tecnológica, exigem repensar os problemas do desenvolvimento regional e a reformulação das propostas para sua superação.

Como condição essencial para o desenvolvimento sustentável a longo prazo, a conquista da competitividade exige a inovação progressiva dos processos produtivos e na produção de bens e serviços.

Sobre essas questões, a Federação da Agricultura do Estado do Pará (Faepa) trouxe a proposta de um novo modelo para o agronegócio, tendo como eixos a mudança da base tecnológica conjugada à preservação da floresta nativa e ao uso das áreas já antropizadas, ou seja, aquelas já ocupadas pelo homem em atividades sociais, econômicas e culturais no estado.

Assim, foi desenvolvido o Projeto Preservar e o Instituto Alerta Pará, com o objetivo de formular propostas à integração do Pará, em termos regional, nacional e internacional, com competitividade econômica, inclusão social, sustentabilidade ambiental e soberania nacional.

Dentre os estados amazônicos, o do Pará foi um dos primeiros a ter grandes áreas de florestas desmatadas pelo avanço da fronteira agrícola brasileira, em função da Política de Integração Nacional adotada pelo governo federal.

Em 2001, com a Medida Provisória (MP) 2.166, que reafirmou a alteração da reserva legal na Amazônia de 50% para 80% (estabelecida inicialmente em 1996), começou a confusão na interpretação do Código Florestal.

A agropecuária se difundiu ao longo da Rodovia Belém-Brasília e de outros

eixos viários, tendo sido acompanhada pela exploração madeireira, ambas geradoras de fortes impactos sobre os recursos naturais.

O Pará recebe intenso fluxo migratório pelo fato de 44,2% dos assentamentos do Incra na Amazônia se encontrarem no estado. Isso levou à antropização de 24% de seu território. De um total de 206 mil propriedades rurais no estado, cerca de 85% desenvolvem a pecuária, que é a primeira empregadora, com 400 mil empregos diretos.

## Estado do Pará: uso da terra (milhões de hectares)

Uso	Área	%
<b>Total</b>	<b>124,8</b>	<b>100,0</b>
<b>Antropizada *</b>	<b>30,0</b>	<b>24,0</b>
<b>Preservada</b>	<b>94,8</b>	<b>76,0</b>
<b>Antropizada *</b>		
Floresta	24,0	80,0
Cerrado	3,0	10,0
Campo	2,5	8,4
Várzea	0,5	1,6
<b>Antropizada *</b>		
Pecuária	27,0	90,0
Agricultura	3,0	10,0

Fonte: Faep. \* Área ocupada pelo homem

De outro lado, apesar de ser o estado mais desenvolvido da região amazônica, o Pará abriga um grande contingente de populações tradicionais, ribeirinhas e indígenas, que são diretamente afetadas pela modernidade que as cerca.

O Zoneamento Ecológico e Econômico constitui instrumento essencial para orientar a localização espacial das atividades produtivas e, conseqüentemente, dos investimentos. A base espacial do modelo

idealizado deve ser constituída pela área atualmente em uso no estado, de modo a dispensar o avanço sobre novas áreas de florestas, o que significa dizer desmatamento zero.

Baseada nesses pressupostos, e dentro do novo paradigma, propõe-se a reconversão de áreas, atualmente utilizadas pela pecuária extensiva, para atividades agrícolas e florestais, propiciada pela incorporação de novas tecnologias.

Com a introdução de um novo modelo de pecuária, por meio do sistema de pastejo rotacionado intensivo (PRI), poderá haver, simultaneamente:

- Uma reversão de 11,0 milhões de hectares da área de pastagem, que se agregariam aos 3 milhões de hectares em uso para agricultura;
- Um forte incremento no tamanho de rebanho e na produção de carne.

Numa visão sistêmica da rota de produção, a arquitetura do Projeto Preservar prevê a participação de agentes produtivos de diversos portes, inclusive agricultores familiares. A incorporação de assentados aos projetos produtivos é uma vertente a ser explorada, promovendo a elevação do nível de qualificação desse segmento, a sua inclusão numa economia de mercado, favorecendo, conseqüentemente, o aumento de renda e a melhoria das condições de vida.

O Projeto Preservar leva sinergia do ponto de vista social, econômico, político e ambiental a protagonistas rivais, com a inclusão de assentados na economia de mercado, estímulos à agricultura familiar, regularização fundiária dos grileiros, consolidação dos direitos dos agricultores pelos anos de labuta e referência institucional para as empresas.

O desmatamento no estado, apesar de ser o maior do País, registra uma baixa sucessiva nos últimos quatro anos. Isso é resultado, em parte, da queda de preços de *commodities* e ações desencadeadas pelos governos do estado e o federal.

Com 7 milhões de habitantes e território de 124,85 milhões de hectares, com unidades de conservação e terras indígenas, parte sob competência da União e outra pelo estado, o ordenamento territo-

**OBJETIVOS DO INSTITUTO**

- Contribuir para o processo de desenvolvimento sustentável da Amazônia, em especial do estado do Pará, mediante a realização de estudos e pesquisas voltados ao conhecimento de sua realidade;
- Promoção de debates sobre questões regionais e a formulação de propostas, sob a óptica dos paraenses, que tenham por escopo a sua integração regional, nacional e internacional, com competitividade econômica, inclusão social, sustentabilidade ambiental e soberania nacional;
- Criar e manter um Fundo Privado de

Financiamento, provisoriamente designado como Preservar, capaz de dar suporte às ações desenvolvidas;

- Propor uma política ambiental que priorize a qualidade de vida do homem;
- Estimular o desenvolvimento de uma identidade regional que conduza a uma atuação conjunta e coordenada em prol da defesa dos interesses amazônicos e paraenses e da valorização econômica de sua biodiversidade;
- Desenvolver e apoiar projetos que objetivem a promoção e divulgação da cultura amazônica.

rial é um instrumento fundamental para assegurar a sustentabilidade ambiental e econômica no Pará.

O Projeto Preservar prevê a formação de um fundo de financiamento privado, com o objetivo de suprir os recursos necessários

aos projetos inovadores e sustentáveis economicamente, socialmente e ambientalmente. O aporte de capital viria:

- Das empresas exportadoras, oriundos de uma taxa de 1% incidente sobre o valor das exportações, atuais e futuras;
- De US\$5.00 por hectare a ser trabalhado, efetuado por empresas que aderirem ao fundo, e que ainda não se encontrem em fase de exportação;
- Por outros recursos a serem captados no mercado interno e externo.

O fundo terá gestão profissional independente, com sua operacionalização efetuada por meio de um banco, que atuará, também, como o gestor de seu caixa. O Instituto Alerta Pará, anualmente, avaliará e definirá as prioridades para aplicação dos recursos captados pelo fundo. ■

Mais informações: [ascom@faepanet.com.br](mailto:ascom@faepanet.com.br)  
[www.faeapanet.com.br](http://www.faeapanet.com.br)

## Apoio.

### Para o setor leiteiro crescer mais forte e saudável.

A cada dois anos, o setor leiteiro se reúne no Congresso Pan-Americano do Leite para debater e planejar os rumos desse importante segmento do agronegócio. E, mais uma vez, a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) apóia a iniciativa.

O propósito do Congresso é criar um espaço para reflexão, discussão e intercâmbio de experiências, além de fortalecer os vínculos de amizade e cooperação entre a comunidade técnica e empresarial.

Em 2010, o evento será realizado de 22 a 25 de março, no MinasCentro, em Belo Horizonte, Minas Gerais.

Informações: [www.congressofepale.com](http://www.congressofepale.com)

